VICENTINI, Cláudia. 2014. *Corpo fardado : adoecimento mental e hierarquia na Polícia Militar goiana*

Goiânia : Editora UFG

Vinicius Prado Januzzi

REFERÊNCIA

VICENTINI, Cláudia. 2014. *Corpo fardado : adoecimento mental e hierarquia na Polícia Militar goiana*. Goiânia : Editora UFG. 152 pp.

1 *Corpo fardado : adoecimento mental e hierarquia na Polícia Militar goiana* é o fruto mais maduro colhido por Cláudia Vicentini de sua dissertação de mestrado, defendida em 2012 no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás. Trata-se de obra sólida e de fôlego, cujo conteúdo é atravessado por abordagens antropológicas perspicazes nas discussões sobre saúde, violência e instituições. O foco etnográfico na Polícia Militar, vista *a partir de dentro*, incorpora ainda um viés temático que vem ganhando relevância acadêmica nas últimas décadas. Refiro-me aos estudos com elites e com grupos *up*, cada vez mais ouvidos desde o seu ponto de vista nativo, concordemos ou não com ele.

2 A principal contribuição de *Corpo fardado* reside na perspectiva apresentada por Vicentini ao lidar com os sujeitos que conviveram com ela. Aproximando- se da antropologia da saúde, a antropóloga procura desnudar os processos de adoecimento mental vivenciados por policiais militares, argumentando que suas condições e suas experiências estão diretamente relacionadas ao modo como se estrutura a Polícia Militar (PM) brasileira, às suas regras e normas formais e informais, aos seus códigos ditos e àqueles que permanecem nas entrelinhas.

3 Vicentini apresenta seu trabalho em três capítulos, uma introdução e uma seção última em que se despede dos leitores com considerações finais. Atravessando essa divisão, a

obra é permeada por três focos argumentativos : o primeiro, relacionado ao próprio trabalho de campo da autora ; o segundo, no qual são trazidos à tona o histórico e a constituição da Polícia Militar no Brasil, bem como outros estudos etnográficos de temática similar ; e, por último, o foco mais relevante do livro, no qual a antropóloga se aprofunda em seu contexto etnográfico, conectando seus dados de campo aos aspectos mais englobantes do universo em que se inseriu. Agregados, esses focos compõem um quadro analítico revelador e sociologicamente completo dos meandros do mundo policial no Brasil.

4 A autora entrevistou e ouviu policiais militares em processo de atendimento psiquiátrico no Hospital da Polícia Militar de Goiás (HPM/GO), principal *locus* de seu trabalho de campo : homens à espera de laudos médicos e burocráticos responsáveis por direcionar seus futuros na corporação militar. Estando em situação liminar, esses cabos e soldados — as posições mais baixas na pirâmide hierárquica da PM — não estão ali para serem tratados. Aguardam tão somente pareceres, encaminhamentos *periciais*, uma vez que possíveis tratamentos só serão feitos posteriormente, se houver recomendação do saber *psi* que ali direciona as relações sociais. Enquanto encaram essa situação, por indicação expressa de alguém hierarquicamente superior, ou mesmo por iniciativa própria, esses policiais não podem formalmente avançar nos degraus hierárquicos da corporação, nem mesmo usar suas armas.

5 Tomando como base a categoria de *sofrimento social* dos escritos de Arthur Kleinman, Veena Das e Margareth Lock, segundo a qual os processos de angústia, dor e doença devem ser encarados também sob o prisma sociológico, porque encerram contextos políticos e institucionais mais amplos, a antropóloga expõe quatro tensões constituintes do exercício policial militar no país e traça com precisão a vivência liminar dos policiais militares aos quais teve acesso em sua etnografia. A primeira delas advém da *hierarquia* e da *disciplina* fundantes da estrutura organizacional da Polícia Militar. Cabos e soldados, protagonistas etnográficos da obra, dificilmente conseguem ascender na carreira, dados os inúmeros obstáculos institucionais que dão a impressão, a quem está nos degraus inferiores da corporação, de que dali é impossível progredir. Se estão passando por processos periciais, então, o que é hierarquicamente improvável se torna burocraticamente impossível.

6 A segunda tensão envolve o relacionamento da PM com o Exército brasileiro. Juridicamente, policiais militares estão submetidos às decisões e regras do Exército, sem que sejam beneficiados com recursos e benesses simbólicas compartilhadas por aqueles que compõem "de fato" o corpo militar. A terceira tensão se dá entre *militares* e *não militares*, entre aqueles que integram a corporação responsável pela segurança pública ostensiva e nós, os da *rua*, sujeitos comuns quase sempre vistos, alguns mais do que outros, como desorganizados e transgressores da lei. Por último, estão os policiais militares — e aí se inserem também as policiais, parcela percentualmente mínima no quadro geral da PM —, sujeitos ao ideal de masculinidade compartilhado entre os que ali se formam e preconizado pelas instâncias superiores da corporação. Ser policial é ser guerreiro, é ser *acima do tempo*, como se diz nativamente, enfrentar tudo e todos sem demonstrar fraqueza ou dor. Nesse sentido, estar na condição de paciente do HPM/GO, ainda mais como paciente demandante de atendimento psiquiátrico, é não ter resistido às pressões rotineiras do fazer policial.

7 Aqui entram em cena as categorias de *estresse* e o significado social da *farda* no universo militar. Em suas narrativas, ao tentarem explicar o porquê de estarem ali ou o que

esperam da situação em que se encontram, os policiais recorrem ao *estresse*. Se estão *doentes*, agrediram e torturaram alguém ou desrespeitaram indevidamente seus superiores, é porque estavam *estressados*. A fala de um dos interlocutores da autora é emblemática : "É o trabalho, a rotina. Vai indo assim e chega um ponto que a pessoa estoura. O estresse do serviço. Nem a farda eu queria vestir mais, queria desaparecer [...]. A hierarquia é pesada, a disciplina, o regime, a gente tem que obedecer e não tem papo" (:127).

8 Ao se dizerem *estressados*, os policiais militares procuram se livrar do peso do que fizeram e, sobretudo, encaixar-se no molde simbólico de masculinidade ali compartilhado. Não foi cometido esse ou aquele ato violento por fraqueza ou por conta de comportamentos considerados impróprios para alguém que se entende como viril ; tudo passa, em razão do *estresse*, a ser fortuito e casual. Afastam-se os policiais também de serem encarados como indivíduos *doentes*, como querem fazer crer os comandos superiores da PM, ao tentarem isentar a instituição da qual fazem parte dos conflitos presentes entre aqueles que a constituem.

9 Outro ícone do contexto social vivido pelos policiais militares, a *farda* também é incorporada aos processos de adoecimento. Ela representa a incorporação do *ethos* policial, a passagem da banalidade do mundo comum ao protagonismo (relativo) exercido como *persona* da segurança pública. Pode-se não estar vestindo a farda, que ainda assim ela estará encravada no policial. O uniforme policial é, no limite, para os indivíduos que o trajam, a tradução física dos ditames e das normas pregados nos códigos da Polícia Militar. A farda, a Polícia Militar, está colada aos corpos dos indivíduos.

10 Algo a mais pode ser entendido do *estresse* e da *farda*, eu diria, e é com base na análise dessas noções nativas que a autora constrói seu principal argumento. Além de integrar um conjunto discursivo de resistência, tais noções dizem sobre o que é a Polícia Militar no Brasil. Atribuindo-se protagonismo às narrativas dos policiais militares, fica mais nítido que as circunstâncias atuais do mundo policial estão atreladas ao seu exercício profissional e aos constrangimentos de ser membro de uma instituição como é a PM. A violência e a repressão de suas relações internas e o contexto de violência e agressividade vivido nas *ruas* engendram potenciais situações de *estresse*, fortalecendo iniciativas violentas e desmedidas de cabos e soldados que estão em oposição direta a qualquer princípio básico de proteção à vida e de direitos humanos.

11 Destaco o panorama traçado por Vicentini em sua obra. O *sofrimento social* dos policiais militares é enraizado historicamente ; não custa lembrar que a corporação foi emoldurada em suas linhas mestras por agentes políticos do período ditatorial. Ainda que tenham sido incorporados elementos entendidos como democratizantes ao seu corpo de membros, como conferências e audiências públicas, ou mesmo iniciativas de policiamento comunitário, a PM continua patinando em episódios de violência brutal e abuso de autoridade. Isso porque, como mostra a pesquisadora, a violência é o fluido que dá energia à ação policial no Brasil. Toma-se aqui o cuidado metodológico devido — e, por que não, também político — de não estabelecer um recorte maniqueísta nesse argumento, colocando os policiais como simples torturadores e agentes exclusivamente violentos. O interesse revelado na obra, por assim dizer, nas formas de organização da instituição policial, em suas regras ditas e não ditas, permite a Vicentini ir além. A violência deixa de ser um aspecto individual para se configurar como estrutural e principiológica. Em um ambiente fortemente marcado pela violência, por hierarquia

rígida e desigualdades internas, por exigências restritas de gênero e de comportamento, não se torna difícil que as coisas "saiam do controle", continuando, ainda assim, a ser inaceitáveis.

12 *Corpo fardado* é, portanto, obra imprescindível para compreendermos o policial goiano e a Polícia Militar com base em seu próprio mundo. Trata-se de uma etnografia reveladora, capaz de tirar-nos da comodidade acrítica tão frequente nos debates sobre as instituições policiais. É uma demonstração ímpar, enfim, de que a antropologia e as boas reflexões etnográficas têm muito a contribuir para entendermos os mundos e os fardos que nos envolvem.

AUTORES

VINICIUS PRADO JANUZZI

PPGAS/UnB